

Parlamentarismo, uma nova proposta

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Grupo Parlamentarista Interpartidário, majoritário na Comissão de Sistematização da Assembleia Constituinte, segundo compromisso assinado por 60 dos seus 93 integrantes, deverá tentar, nos próximos dias, a inversão na pauta dos trabalhos, para definir, desde logo, o sistema de governo. Os principais líderes do grupo reconhecem que o presidente Sarney poderá ganhar na Constituinte com sua proposta de cinco anos de mandato. Teria 70%, ou mais, dos votos. Na questão do sistema de governo, porém, o presidente enfrenta dificuldades.

Os parlamentaristas, liderados por constituintes de vários partidos, receiam que Sarney queira fechar as portas ao entendimento. No anunciado (e adiado) pronunciamento do presidente poderá constar, ou não, a posição comunicada enfaticamente à Nação dia 19 de maio — presidencialismo e mandato de cinco anos. Se Sarney incluir sua posição no novo compromisso do governo com a Nação, tudo ficará mais complicado para os ajustes na Comissão de Sistematização e no plenário da Assembleia Constituinte.

No momento, o Palácio do Planalto não dá sinais de que poderia ceder, aceitando uma eventual fórmula parlamentarista. O aviso já foi dado a quem interessar possa: o presidente só aceita o sistema presidencialista, com o fortalecimento do Legislativo, e mandato até 15 de março de 1990.

Respaldo ao presidente está a quase totalidade de governadores e ministros. Nos grandes partidos há divisão. Da direção e liderança do PMDB, por exemplo, são presidencialistas Ulysses Guimarães, Milton Reis, Roberto Cardoso Alves, Carlos Sant'Anna, Prisco Viana; do PFL, Marco Maciel, José Lourenço e o ministro Aureliano Chaves; do PDS, os senadores Jarbas Passarinho e Virgílio Távora e o deputado Amaral Netto. O PT, O PDT e o PL são presidencialistas.

Os líderes do PMDB são todos parlamentaristas, ou passaram a ser, como Fernando Henrique, Mário Covas, Euclides Scalco, Lutz Henrique, José Richa e, também, o relator Bernardo Cabral; do PFL, Carlos Chiarelli, Saulo Quetroz, Sandra Cavalcanti, além de Afonso Arinos. O PCB, o PSB e o PC do B são parlamentaristas, a exemplo do PDC.

Na Comissão de Sistematização a vantagem parlamentarista é indiscutível, apesar da posição de Carlos Sant'Anna, de Prisco Viana e de José Lourenço, ainda céticos quanto a

esta situação. Eles acreditam numa "virada" na hora de votar, hipótese que Ulysses Guimarães já deixou de aceitar.

Os líderes do Grupo Interpartidário Parlamentarista, como José Richa, Néelson Carneiro, Carlos Chiarelli, Bonifácio de Andrade, Joaquim Bevilacqua, entre outros, parecem um pouco mais tranquilos. Garantem que já conseguiram convencer os governadores de que a proposta parlamentarista não os alcançaria em pleno mandato. Nem aos atuais prefeitos.

Hoje ou amanhã o senador Néelson Carneiro deverá divulgar documento, com dezenas de assinaturas de parlamentaristas, mostrando que nos estados o novo sistema só seria implantado com os futuros governadores. Os atuais, eleitos em 15 de novembro do ano passado, continuarão com suas atribuições até 15 de março de 1991, quando transferirão o governo aos que forem eleitos em 15 de novembro de 1990. Os prefeitos também serão tranqüilizados, os atuais e os que forem eleitos em 15 de novembro do próximo ano. O parlamentarismo só será adotado nos municípios depois que as Assembleias Legislativas elaborarem as leis orgânicas dos municípios, adaptando o novo sistema — garantem os parlamentaristas.

A fórmula de preservar o poder integral aos atuais governadores poderá ser adotada, também, com o presidente Sarney. Os parlamentaristas estão guardando com cuidado especial emenda de dois representantes do PFL, senador Carlos Chiarelli e deputado Arnaldo Prieto, que prevê a implantação do parlamentarismo somente com a posse do futuro presidente. Seria o triunfo nas negociações. Os dois constituintes gaúchos propuseram mandato de seis anos, o que implicaria a realização do pleito presidencial em 1990. Haveria adaptação, para mandato de cinco anos e eleições em 15 de novembro de 1989.

O Grupo Parlamentarista Interpartidário acha possível convencer o Palácio do Planalto, os presidencialistas, os "presidentistas", os "sarneyistas" e, principalmente, os chefes militares, da adoção do novo sistema pelo menos depois de Sarney. O atual presidente, no caso, teria a garantia da preservação de todas as suas atribuições até o final do mandato. O sucessor, porém, subiria a rampa sabendo que a maior parcela do poder ficaria com o primeiro-ministro, eleito indiretamente pela Câmara dos Deputados.

Se os presidencialistas aceitarem a proposta, mostrarão que não lutam por princípios. São apenas "presidentistas" ou "sarneyistas".